

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL, DE VICTOR VIANA, CEM ANOS DEPOIS¹**Mauro Boianovsky**

Professor titular do Departamento de Economia na Universidade de Brasília (UnB). E-mail: <mboianovsky@gmail.com>.

André Calixtre

Técnico de planejamento e pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

E-mail: <andre.calixtre@ipea.gov.br>.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2870-port>

Nosso objetivo com este texto para discussão (TD) é apresentar uma obra esquecida do pensamento econômico, o livro de Victor Viana, *Histórico da Formação Econômica do Brasil*, publicado em sua primeira e única edição em 1922. Os autores procuram discutir, à luz da literatura considerada clássica para a formação do pensamento econômico brasileiro, por que esse livro quase não é mencionado nem no passado, nem no presente, mesmo tendo tratado temas relevantes da problemática do desenvolvimento por volta de duas décadas antes da publicação das obras pioneiras do assunto. No livro de Viana, impressiona que assuntos caros ao desenvolvimento em condições periféricas, como o protecionismo, a estratégia de criação do Estado e a cultura necessária ao desenvolvimento, são tratados com a teoria disponível no tempo histórico do autor, ou seja, a tradição liberal de economia inaugurada por Adam Smith. Ao mesmo tempo Viana (1922) oferece soluções originais para a perspectiva da colônia em meio ao sistema mercantilista erguido pela metrópole e dominante até nossa independência, em 1822.

Na seção 1 do TD, a *Introdução* recupera a natureza histórica do pensamento econômico e a influência da formação econômica do Brasil na especificidade do pensamento econômico nacional, em especial a posição do Brasil como colônia, sob domínio de um exclusivo colonial, e organizada economicamente pelo tráfico mercantil escravista. Nessa origem como periferia escravista no capitalismo, está o ponto de partida das duas principais interpretações econômicas que vão orientar o debate sobre a saída da pobreza para a riqueza

do Brasil: o liberalismo e o desenvolvimentismo. Esse debate, no entanto, somente se consolidará no Brasil na segunda metade do século XX. Porém, o debate anterior a esse marco foi extremamente rico, marcado pelas dificuldades em assalariar a economia em rápido, desordenado e incompleto processo de abolição do trabalho escravo e sem ainda as referências teóricas da economia keynesiana, que somente se apresentarão após a Grande Depressão e se difundirão no pós-guerra.

Em 1922, por ocasião do centenário da Independência, o jornalista Victor Viana publicou um livro pela Imprensa Nacional do Rio de Janeiro, encomendado pelo Ministério da Fazenda, sob o título *Histórico da Formação Econômica do Brasil*. O livro é dedicado a Homero Baptista, ministro da Fazenda à época do governo Epitácio Pessoa, que, assim como o autor, foi quase esquecido pela literatura de estudo do pensamento econômico brasileiro. Surpreendentemente, o conteúdo dessa obra antecipa inúmeros pontos fundamentais do debate econômico, incluindo apostas arriscadas para a época em que Viana estava escrevendo, como a recusa do pensamento eugenista e da determinação geográfica para padrões de desenvolvimento. Com uso de uma teoria ainda oitocentista, da economia política clássica, Viana faz propostas de análise da condição periférica do Brasil antes de existir o conceito de periferia.

A leitura do livro leva a uma pergunta incômoda: por que essa obra permaneceu praticamente desconhecida para a história do pensamento econômico brasileiro? Mesmo para autores contemporâneos, como

1. Este texto foi escrito ao longo de 2022, por ocasião do Bicentenário da Independência.

Roberto Simonsen e Caio Prado Júnior, a citação a Victor Viana é meramente secundária, atendo-se quando muito às referências empíricas colhidas por Viana em seus capítulos sobre política monetária brasileira. O livro nunca recebeu uma segunda edição, não se encontra digitalizado em arquivo público, somente pode ser encontrado em exemplares originais em poucas bibliotecas e sebos brasileiros. Contemporaneamente, Viana é também um célebre desconhecido, muitas vezes citado como um precursor do pensamento econômico liberal brasileiro, mas sem necessariamente desenvolver ou mesmo apresentar qualquer ideia contida no livro.

Na seção 2, são apresentados ao leitor os principais fundamentos e a argumentação central da formação econômica do Brasil segundo Victor Viana, seguindo o estilo de resenha ampliada, pois se considera que o conteúdo dessa obra seja praticamente inédito para muitos leitores, mesmo que um século depois de sua publicação. O livro² busca apreender todo o período da formação nacional, abordando períodos como o da colonização e o da Independência. Há também um último capítulo, um tanto desconexo, mas rico em dados primários, dedicado à política financeira do governo de Epitácio Pessoa. Esse último capítulo, no entanto, é bastante reduzido e cumpre uma função aparentemente protocolar de justificar sua publicação institucional. O principal é a discussão teórico-histórica que Viana empreende para explicar o fenômeno da formação nacional, centrada em um conceito de protecionismo criador de condições favoráveis ao desenvolvimento de especialidades estranhas ao “natural” da colônia, conceito esse que Viana nomeará “diferenciação americana”.

O caráter inovador da obra de Viana é utilizar o arcabouço liberal clássico sem o determinismo geográfico e cultural que esse carregava, característico do eurocentrismo, eugenismo e racismo do pensamento da época. Esse pensamento não determinista é resumido no livro por meio da proposição de um decálogo sociológico de raiz liberal, profundamente tropicalizado: i) não há raças inferiores, todos os povos atuais são constituídos de raças primitivas diversas e a civilização foi fundada pelas raças chamadas inferiores; ii) não há climas hostis à civilização, que aliás é um produto originário dos trópicos; iii) os povos se engrandecem

pela acumulação das culturas antigas e estrangeiras, aproveitada sob o ponto de vista nacional; iv) a prosperidade de uma nação depende do momento histórico, das condições do comércio mundial e do aparelhamento técnico; v) os povos que triunfaram na civilização em todos os tempos pertenciam a raças diversas e antagonicas – todos, entretanto, possuíam cultura mais elevada e disseminada do que seus vizinhos; vi) o grau de civilização dos povos está na razão direta da assimilação e acumulação das culturas que recebem; vii) os fatores de prosperidade econômica variam de acordo com as sugestões da técnica e as facilidades das permutas; viii) a situação geográfica influi de acordo com as comunicações comerciais e não de acordo com o clima; ix) a decadência das raças é proveniente do deslocamento de centros comerciais, de desapropriação de cultura e de uma acumulação retardada em relação aos povos vizinhos; e x) a prosperidade dos povos depende do equilíbrio de sua ordem jurídica em coincidência com a centralização comercial e a acumulação aproveitada das culturas.

A seção 3 do TD trata dos motivos que levaram ao esquecimento do livro aqui resenhado, que, não obstante, estão imbricadas na própria trajetória intelectual de Victor Viana. Essa, apesar de imortalizada na Academia Brasileira de Letras (ABL), foi muito curta, pouco catedrática. Sua produção não esteve predominantemente associada à economia, e sim ao direito. Viana foi também acusado de imprecisão empírica, argumento esse que consideramos exagerado e contraditório, pois uma das poucas citações feitas ao livro de 1922 é utilizando-o como dados primários para estudos monetários do Império. No entanto, é importante notar que a radicalidade e a inovação de suas proposições sobre o protecionismo por dentro do pensamento liberal (“diferenciação americana”) não tiveram força suficiente para se reproduzir no pensamento acadêmico econômico subsequente. Nisso, Viana permanece como um desconhecido, uma “primeira tentativa” de nascimento de uma disciplina que, mais de uma década depois, encontraria definitivamente seu berço, em outra teoria econômica que, aos tempos pré-keynesianos de Victor Viana, não existia.

Nas *Considerações finais*, faz-se a comparação do conceito de “formação” na obra de Victor Viana com

2. As citações e os excertos foram livremente atualizados para o português corrente, visto que essa obra nunca foi reeditada.

Caio Prado Júnior e Celso Furtado, dois autores considerados clássicos pioneiros da historiografia econômica brasileira. O conceito de “formação” modificou-se radicalmente entre os anos 1920 e 1950. A “formação” nacional, para Viana, estava intrinsecamente subordinada à presença nacional do mercado, que, na fiel tradução smithiana do autor, nada mais é do que a presença de indivíduos tipicamente econômicos, no sentido liberal do termo, único em que o conceito efetivamente subsiste: agentes privados regidos pelo próprio interesse. A formação do Brasil, nesse sentido, é a lenta introdução dos agentes privados nos negócios coloniais contiguamente ao próprio Estado brasileiro, este que também é formado pela divisão social do trabalho originada desses indivíduos econômicos, mesmo sob o duro mercantilismo colonial e o exclusivo imposto pela metrópole.

Portanto, para Victor Viana (1922), a “formação” nada mais é que um “histórico da formação”, ou seja, um processo que culmina na data objetiva da declaração de independência em 1822, não deixando espaço para a pergunta principal que somente seria formulada anos depois por Caio Prado Júnior (1942) e Celso Furtado (1959), que a “formação” teria um significado muito além da simples declaração de independência do Brasil. Para Prado Júnior e – de forma similar, ainda que não idêntica – Celso Furtado, a formação do Brasil somente se completaria pela incorporação de todo o circuito de acumulação de capital ao espaço nacional, uma vez que ele estava parcialmente transitando no exterior, convertendo-se – de forma não natural, por decisão política de agentes históricos – no desenvolvimento *hacia adentro*, ou seja, a passagem da economia brasileira de uma lógica econômica voltada prioritariamente para o mercado de consumo externo para outra voltada ao mercado interno.

REFERÊNCIAS

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense, 1942.

VIANA, V. **História da formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.